

EDITAL

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL Administração Regional do Distrito Federal	
Pregão Eletrônico nº 90015/2026	Abertura às 10:00 h em 06/07/2026 no sítio www.gov.br/compras/pt-br
Edital também disponível no sítio eletrônico https://transparencia.senac.br/#/home ou https://www.df.senac.br/licitacao/	
Objeto	
Contratação de serviços de manutenção de máquinas de costura, para atender as necessidades do Senac AR/DF.	
Valor Total Estimado	
R\$ 94.953,33 (noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos).	
Registro de Preços	Vistoria
NÃO	SIM
Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
CONTRATO	ITEM
Amostra/Prova de Conceito	Modo de Disputa (Pregão)
NÃO	ABERTO E FECHADO
Regulamento	
O Senac AR/DF, entidade privada e não vinculada à Administração Pública direta ou indireta, conduzirá o procedimento licitatório simplificado de acordo com seu Regulamento de Licitações e Contratos, aprovado pela Resolução Senac nº 1.270/2024 . Disponível em: https://www.dn.senac.br/wp-content/uploads/2018/02/resolucoes-sesc-1593-e-senac-1270-que-alteram-e-consolidam-as-modificacoes-no-rlc.pdf	
As convocações, avisos, esclarecimentos, recursos e atos correlatos de decisão serão publicados no Sistema Eletrônico.	
UASG: 926781 – contato: licitacao@df.senac.br	

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 Integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) **Anexo I** – Termo de Referência; e
- b) **Anexo II** – Minuta de Contrato.

1.2 O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para conhecimento e obtenção pelos interessados, no site <https://www.df.senac.br/licitacao/>, no site <https://transparencia.senac.br/#/home> ou no portal de compras do Governo Federal, www.gov.br/compras/pt-br.

1.3 Todos os horários estabelecidos neste Edital, avisos e durante a Sessão Pública, obedecerão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília – DF.

1.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro ou aviso no sistema.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação os interessados que satisfaçam as condições e as exigências do presente Edital e seus Anexos, inclusive quanto à regularidade da documentação, e que estejam devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, e que:

- a) atendam as condições deste Edital e seus Anexos;
- b) não sejam entidades estrangeiras ou sociedade que não funcionem no país;
- c) não estejam sob decretação de falência, dissolução ou liquidação; e
- d) não estejam suspensas de licitar ou contratar com o Senac.

2.2 Como requisito para a participação neste Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que:

- a) cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital e seus Anexos; e
- b) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, Art.7º, Inciso XXXIII.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema Compras.gov.br, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

3.2 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal da licitante e de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

3.3 O uso das chaves de identidade e senha de acesso da licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Senac AR/DF, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

3.5 O Senac AR/DF não é unidade cadastradora do Sistema Eletrônico. as licitantes interessadas em participar da licitação deverão verificar no site do Compras.gov.br as unidades cadastradoras do sistema para a apresentação da documentação pertinente.

4. DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS

4.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame, qualquer licitante interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Edital do Pregão.

4.2 Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e encaminhados, na forma eletrônica, para o e-mail licitacao@df.senac.br, ou na impossibilidade, protocolados na Comissão Permanente de Licitação neste Senac AR/DF, no horário de 10h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

4.3 Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser enviados em papel timbrado da licitante e devidamente assinados, obedecendo ao horário estabelecido no subitem anterior.

4.4 Os pedidos de impugnação interpostos por Pessoa Jurídica deverão ser apresentados com o instrumento de procuração ou contrato social, demonstrando que o signatário das peças detém poderes para representar a licitante.

4.5 Caberá à CPL decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis, com auxílio do demandante e do jurídico, contados a partir do dia do seu recebimento, estendendo esse prazo conforme a complexidade.

4.6 O Senac AR/DF não se responsabiliza por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador do emissor.

4.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.8 Acolhida a petição contra o Edital ou havendo necessidade de prazo maior para julgamento da questão, nova data será designada pelo Pregoeiro para a realização do certame, informando às licitantes por meio do sistema.

4.9 Os avisos, informações e convocações referentes ao processo licitatório (esclarecimento/impugnação, laudos técnicos, resultados e atas), serão divulgadas no sistema ou no site <https://transparencia.senac.br/#/home>, ficando as empresas interessadas em participar, obrigadas a acessá-los.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 A licitante deverá encaminhar Proposta Financeira, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.1.1 Até o horário marcado para abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.2 A apresentação da proposta implica aceitação integral e irrevogável das condições do Edital, obrigando a licitante ao cumprimento das obrigações assumidas.

5.3 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Senac AR/DF responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas financeiras serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não cabendo qualquer responsabilidade ao Senac AR/DF, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão.

5.5 A apresentação da Proposta implicará em plena aceitação, por parte da licitante, de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

5.6 A elaboração da Proposta é de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo a desistência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e seus Anexos.

5.7 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, que forem omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

5.8 É facultado ao Pregoeiro realizar diligências para sanar falhas formais da proposta a exemplo de: erros na descrição do objeto, erros numéricos, erros de cálculo, divergência entre preços unitários, subtotaís e final.

5.9 Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão neste Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se na proposta o que não for conflitante com as disposições aqui contidas.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de Sistema Eletrônico, no site www.gov.br/compras/pt-br, na data, horário e local indicados neste Edital, por comando do Pregoeiro.

6.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Eletrônico.

6.3 Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, com autorização da Comissão Permanente de Licitações, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3 O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances, dando início à fase competitiva.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes com as propostas aceitas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e do valor do lance.

8.2 As licitantes poderão, durante o horário fixado para o recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores inferiores ao último por eles ofertados e registrados no sistema, observados o horário fixado para abertura da sessão e regras estabelecidas neste Edital.

8.3 Os lances apresentados e levados em consideração, para efeito de julgamento, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.4 Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.5 Durante o transcurso da sessão pública deste Pregão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada à identificação do detentor do lance.

8.6 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da sessão de lances do pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a oferta dos lances.

8.7 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão de lances do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8.9 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o

último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa aberto e fechado**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.10 A etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos. Encerrado o prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.11 Após a etapa de que trata subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12 No procedimento de que trata o subitem anterior, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.14 Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1 O julgamento da proposta será pelo menor preço por item.

9.2 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto e demais critérios previstos neste Edital.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance acima do estimado, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3 A negociação pode ocorrer em qualquer etapa subsequente, inclusive por meios eletrônicos após a fase competitiva.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 O Pregoeiro convocará a licitante classificada provisoriamente em 1º (primeiro) lugar para enviar os documentos exigidos para habilitação e a Proposta Financeira adequada ao último lance, por meio da funcionalidade "Enviar Anexo" do Sistema Eletrônico, na extensão PDF, no prazo estabelecido de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

11.1.1 Caso a licitante convocada enfrente dificuldade em atender a convocação, deverá informar, dentro do prazo previsto no item anterior, quando lhe poderá ser concedido um prazo adicional, a critério do Pregoeiro.

11.1.2 Em situações excepcionais, caso a licitante enfrente dificuldades devidamente justificadas para anexar documentos no sistema, o Pregoeiro poderá autorizar o envio dos arquivos por meio do e-mail licitacao@df.senac.br. As demais licitantes poderão solicitar acesso a esses documentos pelo chat ou através do mesmo endereço eletrônico.

11.1.3 A solicitação de apresentação da documentação de habilitação realizada pelo Pregoeiro é única, cabendo às licitantes a entrega integral dos documentos exigidos no Edital, independentemente dos itens ou lotes envolvidos. Na hipótese de inabilitação após essa convocação única, não será facultada nova oportunidade para apresentação documental, em consonância com os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

11.2 A Proposta Financeira final a ser encaminhada deverá conter as seguintes informações:

11.2.1 Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

11.2.2 Preço unitário e total de cada item, de acordo com as quantidades e os lances ofertados, em algarismos e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$);

11.2.3 Apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula nos preços ofertados, inclusive no sistema;

11.2.4 Declaração expressa de estarem inclusos nos preços propostos todos os custos operacionais, equipamentos, EPs, transportes, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, taxas, fretes, impostos e quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente ao objeto deste Edital. Na falta de tal declaração, serão consideradas inclusas nos preços todas e quaisquer despesas vinculadas ao objeto desta licitação;

11.2.5 O número desta licitação, razão social da licitante, número de CNPJ, telefone, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, dados bancários para fins de pagamento com a indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente de titularidade da licitante, vinculada ao CNPJ constante da Proposta;

11.2.6 Descrição detalhada de todas as características dos produtos ofertados, de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital;

11.3 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

11.3.1 Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

11.4 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.5 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do equipamento ofertado, tais como catálogos, folhetos, manuais ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo Sistema Eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6 A licitante que, após convocada, deixar de responder às solicitações e/ou diligências do Pregoeiro no chat, não encaminhar a documentação exigida, ou não apresentar manifestação justificada dentro do prazo estabelecido, será considerada como tendo abandonado o certame, sendo desclassificada e sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.

11.7 Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do Sistema Eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

11.7.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Comissão Permanente de Licitação, na sede do Senac AR/DF, localizada no Centro Administrativo José Roberto Tadros ST SGAN QD 712/912 Conjunto E S/N, Asa Norte, Brasília-DF - CEP 70.790-125.

11.7.2 Os documentos emitidos por cartório on-line poderão ser apresentados, desde que acompanhados de seus respectivos certificados digitais, para conferência do Pregoeiro.

11.8 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.9 O pregoeiro poderá solicitar parecer da área técnica ou de colaborador que detenha conhecimento especializado sobre o objeto, inclusive mediante manifestação escrita do setor requisitante ou da área responsável, a fim de orientar sua decisão quanto ao cumprimento das especificações e demais requisitos da proposta.

11.10 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço estimado ou que apresentar preço manifestamente

inexequível.

11.10.1 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

11.10.2 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- b) Verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
- c) Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- d) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- g) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos/prestadores de serviços;
- h) Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos/serviços prestados pelo proponente;
- i) Consultas às Fazendas Federal, distrital, estadual ou municipal; e
- j) Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

11.10.3 É facultado ao Pregoeiro, à Comissão ou à autoridade competente realizar diligências em qualquer fase do certame, inclusive na fase recursal, sempre que julgar necessário ao esclarecimento dos fatos.

11.10.4 Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes, para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;
- d) suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

11.11 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, desde que incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie expressamente a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro, com autorização da Comissão, examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.13 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do Sistema Eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço.

11.14 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta motivadamente e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

11.15 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.16 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

11.17 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e declarada a licitante vencedora, o Pregoeiro consignará esta decisão em ata, que será disponibilizada pelo Sistema Eletrônico, encaminhando-se o processo à autoridade competente para adjudicação e homologação.

11.18 Caso nenhuma licitante apresente recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto via sistema, cabendo à autoridade competente a homologação.

12. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, em complemento à consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedor - SICAF via sistema.

12.2 Para habilitação nesta licitação, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

12.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.3.1 Apresentação da cédula de identidade ou documento equivalente;

12.3.2 Prova de registro, no órgão competente, no caso de empresário individual;

12.3.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente; e

12.3.4 Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1 Apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, em nome da LICITANTE, em papel timbrado do atestante, comprovando ter fornecido materiais ou prestado serviços para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera ou empresa privada e o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

12.4.2 Para análise da compatibilidade de quantitativos, será exigida a comprovação da entrega ou prestação de serviços de pelo menos 10% da quantidade exigida para o item/grupo;

12.4.3 Também deverá constar nos atestados o nome do responsável pela declaração;

12.4.4 Será permitido o somatório de Atestados;

12.4.5 Não serão aceitos atestados de capacidade técnica e demais documentos comprobatórios emitidos por empresas participantes do mesmo grupo econômico da LICITANTE e/ou do FABRICANTE.

12.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.5.1 Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial. A certidão que não possuir prazo de validade não poderá ter sua emissão superior a 90 (noventa) dias da data de apresentação dos documentos de habilitação.

12.5.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, que comprovem a equilibrada

situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta. Para fins desta exigência, considera-se “balanço apresentado na forma da lei” aquele que atenda a uma das seguintes condições, ou outras que a legislação especial autorizar:

- a) tenha sido regularmente transmitido via SPED Contábil (ECD), acompanhado do recibo oficial de entrega emitido pela Receita Federal do Brasil;
- b) esteja registrado ou autenticado na Junta Comercial competente, nos termos da legislação vigente;
- c) tenha sido publicado integralmente em Diário Oficial ou jornal de grande circulação, nos termos da legislação societária.

12.5.3 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.5.4 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

12.5.5 O balanço deverá estar assinado por contabilistas registrados no Conselho Regional de Contabilidade - CRC;

12.5.6 Quando o balanço apresentado for cópia do Diário Oficial, não há necessidade da assinatura do contabilista na cópia da publicação;

12.5.7 O balanço dará suporte para a verificação do atendimento obrigatório aos seguintes índices mínimos exigidos para a participação nesta licitação e razão de desclassificação se não atingidos:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	>1
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	
SG =	Ativo Total	>1
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	
LC =	Ativo Circulante	>1
	Passivo Circulante	

d4) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

12.6 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.6.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

12.6.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, a Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional e o Sistema de Seguridade Social (INSS), emitida pela Secretaria da Receita Federal, referente aos tributos e contribuições federais e a Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos negativos), na forma da Lei e com prazo de validade em vigor, da sede ou domicílio da licitante, ou da filial quando esta for a Licitante;

12.6.3 Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela Fazenda Estadual para participação em Licitações, da sede ou domicílio da licitante, ou da filial quando esta for a Licitante, ou ainda, Certidão de não contribuinte;

12.6.4 Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela Fazenda Municipal, da sede ou domicílio da licitante, ou da filial quando esta for a Licitante, ou ainda, Certidão de não contribuinte; e

12.6.5 Certificado de Regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, da sede da Licitante.

12.7 A documentação acima deverá ser apresentada na forma da lei vigente.

12.8 O Pregoeiro poderá consultar os documentos disponíveis no SICAF, para verificação das condições de habilitação das licitantes.

12.9 No caso de documentos extraídos da internet, será facultado ao Pregoeiro realizar pesquisa para efeito de confirmação da veracidade ou validade desses.

12.10 A prova a que se refere às alíneas “a” e “b” do subitem que trata da regularidade fiscal poderá ser feita por meio de outros documentos que os contenham.

12.10.1 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.10.2 As diligências previstas no subitem anterior ficarão prejudicadas caso o acesso via internet esteja indisponível, por qualquer que seja a razão, ou caso as informações contidas nos sites oficiais não sejam suficientes para atestar a regularidade da licitante, fato que ensejará a inabilitação da empresa.

12.11 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

12.12 É facultado ao Pregoeiro realizar diligências para sanar falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica na documentação de habilitação, com decisão fundamentada e registrada em ata, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.12.1 É permitida a inclusão de documentos complementares ou atualizados, desde que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica e seja comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentada sua proposta, que não foi juntado com os demais documentos por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro.

12.13 A falsidade de informações ou documentos apresentados sujeitará a licitante às penalidades legais e à imediata exclusão do certame, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais.

13. DAS AMOSTRAS OU PROVA DE CONCEITO

13.1 Não será exigida a apresentação de amostras.

14. DOS RECURSOS

14.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, respeitando-se o prazo estabelecido pelo Pregoeiro, não sendo inferior a 10 (dez) minutos do aviso do sistema.

14.1.1 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a em campo próprio do Sistema.

14.1.2 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar as razões de recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo lhes assegurada vista imediata aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência do direito, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto ou encaminhar o processo para adjudicação e homologação pela autoridade competente.

14.3 Somente caberá recurso da decisão que declarar a licitante vencedora.

14.4 Os recursos terão efeito suspensivo.

14.5 Desde que comprovada a indisponibilidade do sistema, os recursos poderão ser encaminhados via e-mail, exclusivamente durante o prazo

previsto no Edital.

14.6 O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14.8 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos.

14.9 Os autos do processo são digitais e poderão ser disponibilizados para acesso mediante solicitação da interessada via e-mail, com indicação das peças.

14.10 Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja desclassificada, será procedida a chamada das licitantes remanescentes, desde que autorizado pela Comissão Permanente de Licitação, na ordem de classificação, para que a próxima classificada que preencha as condições de habilitação seja declarada vencedora, nas condições de sua Proposta Financeira.

14.11 O Pregoeiro, mediante autorização da Comissão Permanente de Licitação – CPL, poderá acolher recurso que implique o retorno do processo à fase anterior, sempre que entender que tal medida é necessária para garantir a ampla defesa, o contraditório e a seleção da proposta mais vantajosa para o Senac AR/DF.

14.12 A decisão que acolher o recurso e determinar o retorno à fase anterior deverá ser devidamente fundamentada e registrada no sistema, com ciência às licitantes interessadas, devendo a nova tramitação obedecer aos prazos e procedimentos previstos neste Edital.

14.13 Somente nos casos de **denegação do recurso** ou de matérias que extrapolem a competência do Pregoeiro, o recurso será encaminhado à **autoridade superior** para decisão final, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Senac AR/DF.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 A licitação não será operada pelo sistema de registro de preços.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1 Homologado o resultado da licitação, o Senac AR/DF poderá convocar a licitante vencedor para assinatura do instrumento contratual ou recebimento do instrumento equivalente.

16.2 É facultado ao Senac AR/DF, no caso de desistência da licitante vencedora após a homologação/adjudicação do processo licitatório, no prazo e condições estabelecidas, convocar a licitante remanescente classificada, obedecida a ordem de classificação, para o objeto deste Edital, no prazo e nas mesmas condições financeiras constantes da proposta anteriormente declarada vencedora ou revogar a licitação independentemente da aplicação de qualquer sanção.

16.3 O Senac AR/DF poderá, até a assinatura do Contrato ou recebimento do instrumento equivalente, desclassificar a licitante vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal daquela licitante.

16.4 Para efeito de interpretações de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecida a competência da fiscalização do Senac AR/DF.

16.5 A empresa contratada será responsável pela entrega dos materiais ou prestação dos serviços e deverá cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo o Senac AR/DF perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto desta licitação.

16.6 O convocado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinatura do Contrato, a contar da convocação.

16.7 A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato implicará multa e perda do direito à contratação.

16.8 O prazo de vigência do Contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos.

16.9 O Contrato com a vencedora não será assinado se esta não cumprir as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize a prestação dos serviços.

16.10 Além das demais previsões nos demais anexos, o contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nos seguintes casos: (i) falência ou dissolução da contratada; (ii) descumprimento de cláusulas essenciais; (iii) impedimento legal para contratação.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será permitida subcontratação do objeto.

18. DA GARANTIA DO CONTRATO

18.1 Não será exigida a prestação de garantia do contrato.

18.2 A garantia do contrato não se confunde com a garantia do objeto.

19. DAS SANÇÕES

19.1 As sanções são as previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

20. DO PAGAMENTO

20.1 A licitante vencedora apresentará Nota Fiscal de acordo com a entrega dos materiais ou prestação dos serviços, considerando a natureza de cada objeto e a legislação pertinente, para liquidação e pagamento da despesa pelo Senac AR/DF, por intermédio de boleto ou ordem bancária na conta corrente da CONTRATADA ou mediante apresentação de fatura (nota fiscal com código de barras), no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo do objeto.

20.2 Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar a liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência. Sendo esse atraso decorrente do inadimplemento de obrigações acarretará perda do direito ao pleito de reajustamento de preços.

20.3 Somente será efetuado o pagamento dos materiais e serviços solicitados no Pedido de Compra, de acordo com as necessidades do Senac AR/DF. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento dos materiais ou prestação dos serviços de acordo com as condições previstas neste Edital e nos demais documentos da licitação.

21. PROTEÇÃO DE DADOS

21.1 A licitante vencedora, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar na contratação em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018), entre outras normas nacionais e internacionais relativas à privacidade e proteção de dados pessoais.

21.2 As informações abarcadas legislação incluem todos os dados detidos, usados ou transmitidos pelo ou em nome do Senac AR/DF, em qualquer suporte. Isso inclui dados pessoais registrados em papel e dados digitais armazenados em qualquer tipo de mídia, obrigando-se a licitante vencedora a:

a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade de não mais poder cumprir estas

obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente ao Senac AR/DF, que terá o direito de rescindir a contratação sem qualquer ônus, multa ou encargo.

b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos.

d) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidem com os dados pessoais sob responsabilidade do Senac AR/DF assinaram Acordo de Confidencialidade com a licitante vencedora, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção do objeto desta licitação. Ainda treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

21.3 Exceto na regular prestação dos serviços contratados, os dados pessoais poderão ser revelados a terceiros, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, análise, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

21.4 Caso a licitante vencedora seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar ao Senac AR/DF.

21.5 A licitante vencedora deverá notificar o Senac AR/DF em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) Qualquer não cumprimento, ainda que suspeito, das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela licitante vencedora, seus funcionários ou terceiros autorizados;

b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da licitante vencedora.

21.6 A licitante vencedora será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao Senac AR/DF e/ou a terceiros resultantes diretamente do descumprimento de qualquer das cláusulas previstas neste item quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

21.7 As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da LGPD, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

21.8 O Senac AR/DF deve dar ciência aos seus clientes sobre a LGPD e garantir que possui todos os consentimentos e avisos necessários para permitir a transferência legal de dados pessoais de seus clientes para que a licitante vencedora cumpra o disposto neste Edital e anexos.

22. COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

22.1 As partes se comprometem a cumprir as práticas de Compliance e cumprir as leis Anticorrupção aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e à Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), cujo compromisso deve abranger seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados, visando prevenir e combater a corrupção, promovendo a ética, transparência e a integridade em todas as operações realizadas.

22.2 As partes deverão manter até o final da vigência do contrato ou instrumento equivalente conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente Edital.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 O Senac AR/DF reserva-se ao direito de cancelar a presente licitação na forma do Art. 62 da Resolução Senac nº 1.270/2024, sem que caiba aos licitantes qualquer direito, inclusive de reparação a eventuais perdas e danos ou de lucros cessantes.

23.2 Durante a vigência, a fornecedora/prestadora deverá manter todas as condições que a incluíram no certame.

23.3 Eventuais omissões do presente Edital serão resolvidas pelo Pregoeiro/CPL, com base nas normas específicas, vigentes e aplicáveis.

23.4 As decisões referentes a este Pregão serão divulgadas no sistema, sendo de inteira responsabilidade da licitante o acompanhamento da divulgação de cada fase.

23.5 O Pregoeiro, até a data da apresentação das propostas, poderá proceder a alterações concernentes a esta licitação, dando publicidade aos atos alterados, sendo facultado, se for o caso, o adiamento da data da abertura da licitação.

23.6 Será facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

23.7 Sob nenhum pretexto serão recebidas propostas em desacordo com o Edital e que não forem entregues conforme as normas de apresentação e prazos ali determinados.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo quando expressamente previsto que serão contabilizados os dias úteis.

23.9 A circunscrição judiciária de Brasília-DF é o foro competente para dirimir quaisquer dúvidas referentes à licitação e a procedimentos dela resultantes, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.10 A participação nesta licitação implica em conhecimento e aceitação integral do instrumento convocatório (Edital e anexos) e seus regulamentos.

23.11 A apresentação de proposta vincula a licitante, que se responsabilizará pelo fornecimento dos materiais e prestação de serviços nas condições estabelecidas pelo instrumento convocatório.

23.12 É facultado ao Pregoeiro suspender a sessão sempre que necessário, com aviso aos licitantes.

23.13 Em caso de divergência entre as especificações do objeto (descrição, unidade de medida etc.) previstas no instrumento convocatório e as do sistema, prevalecerão as do instrumento convocatório.

23.14 Os instrumentos contratuais e correlatos serão assinados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do Senac AR/DF.

23.14.1 As licitantes vencedoras poderão ser convocadas para cadastro no sistema, por seus representantes legais.

23.14.2 A ausência de cadastro ou assinatura no prazo de convocação poderá acarretar no cancelamento da contratação e nas sanções previstas no instrumento convocatório.

23.15 A licitação poderá ser republicada automaticamente pela CPL, nos seguintes casos:

a) Itens ou grupos desertos ou fracassados, visando à obtenção de propostas válidas;

b) Alterações no Edital ou em seus Anexos, desde que não impliquem mudança na descrição do objeto licitado nem superem o valor estimado da licitação, respeitados os prazos mínimos e a publicidade exigida no regulamento do Senac.

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SENAC AR/DF

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

1.1. A manutenção periódica das máquinas de costura utilizadas nos laboratórios de Moda do Senac AR/DF constitui ação essencial para assegurar a continuidade das atividades pedagógicas, a qualidade dos processos formativos, a segurança dos usuários, bem como a adequada preservação do patrimônio institucional. Trata-se de medida preventiva e estratégica que visa garantir o pleno funcionamento dos equipamentos durante todo o período letivo, evitando interrupções de aulas, atrasos em cronogramas de execução e prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem.

1.2. O Senac, enquanto instituição de educação profissional organizada e administrada pela Confederação Nacional do Comércio, conforme Decreto-Lei nº 8.621/1946 e Decreto nº 61.843/1967, possui como finalidade precípua promover a formação profissional, qualificação e aperfeiçoamento do trabalhador, disponibilizando ambientes pedagógicos adequados, atualizados e alinhados às práticas profissionais vigentes no mercado. A manutenção dos equipamentos utilizados nos laboratórios de Moda guarda aderência direta aos objetivos institucionais previstos no artigo 1º do Decreto-Lei nº 8.621/1946, especialmente quando determina ao Senac:

- a) Realizar a aprendizagem comercial e profissional em escolas e centros próprios ou conveniados;
- b) Organizar e manter cursos práticos de qualificação, aperfeiçoamento e formação técnica;
- c) Promover a difusão de métodos, técnicas e tecnologias aplicáveis às atividades profissionais;
- d) Assistir empresas e trabalhadores no desenvolvimento e execução de práticas formativas qualificadas.

1.3. Nesse sentido, os laboratórios de Moda do Senac AR/DF configuram ambiente pedagógico essencial para a materialização do ensino prático e metodológico previsto no marco institucional do Sistema, sendo imprescindível que os equipamentos estejam continuamente aptos ao uso. A indisponibilidade ou funcionamento inadequado desses maquinários compromete não apenas a operação das atividades educacionais, mas também a missão institucional do Senac no desenvolvimento de competências técnicas e profissionais orientadas às demandas do setor produtivo.

1.4. Considerando que os laboratórios se encontram distribuídos em diversas unidades operativas, polos educacionais e ambientes parceiros, torna-se necessária a contratação de empresa especializada capaz de atender de maneira abrangente, padronizada e tempestiva todo o parque de equipamentos. A centralização da manutenção em um único prestador assegura maior controle técnico, uniformidade dos procedimentos, rastreabilidade dos serviços executados e racionalização dos custos, além de contribuir para a mitigação de riscos operacionais, preservação de garantias e gestão eficiente do ciclo de vida dos equipamentos.

1.5. Dessa forma, a contratação ora proposta revela-se necessária, oportuna e plenamente alinhada às atribuições e aos objetivos institucionais do Senac, garantindo condições adequadas para a oferta de ensino profissional de excelência, seguro, atualizado tecnologicamente e aderente às exigências pedagógicas e operacionais dos cursos na área de Moda.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em manutenção de máquinas de costura para atendimento dos laboratórios de Moda do Senac AR/DF, abrangendo todas as unidades e polos que possuam tais laboratórios, bem como ambientes parceiros, conforme item 3 – Locais de entrega ou execução.

2.2. A contratação compreende a realização de manutenções programadas trimestrais (preventivas com ações corretivas associadas) em todas as máquinas de costura vinculadas aos laboratórios de Moda, bem como o atendimento a manutenções corretivas não programadas, sempre que necessário, tudo conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	FREQUÊNCIA	VALOR TRIMESTRAL	VALOR ANUAL
------	-----------	------------	------------	------------------	-------------

1	<p>Preventiva completa (trimestral), incluindo os seguintes serviços:</p> <p>a) Desmontagem parcial das máquinas para limpeza técnica completa (partes internas e externas), com remoção de fiapos, poeira, resíduos de linha e demais sujidades que possam comprometer o funcionamento;</p> <p>b) Lubrificação integral em todos os pontos de atrito, conforme especificações dos fabricantes, utilizando lubrificantes adequados e em quantidade correta;</p> <p>c) Inspeção mecânica detalhada, incluindo verificação de eixos, mancais, correias, tensores, pedais, lançadeiras, sistemas de transporte do tecido, alinhamento e sincronismo entre agulha e transporte;</p> <p>d) Verificação elétrica/eletrônica, com teste de motores, pedais, cabos, conectores, fusíveis e aterramento, corrigindo irregularidades identificadas;</p> <p>e) Ajustes e calibração fina de tensão de linha, ponto, avanço, alinhamento de agulha e demais parâmetros necessários para a qualidade da costura;</p> <p>f) Testes funcionais completos, com costura de verificação em tecidos fornecidos pela Unidade, assegurando a qualidade do ponto e o pleno funcionamento do equipamento;</p> <p>g) Emissão de relatório técnico individual por patrimônio, contendo identificação da Unidade, número de patrimônio do equipamento, descrição detalhada dos serviços executados, peças substituídas (se houver), data da intervenção, horário de início e término, nome e assinatura (manual ou digital) do técnico responsável.</p>	<p>Quantitativo estimado de equipamentos:</p> <p>Para fins de dimensionamento da proposta, o parque de máquinas de costura vinculadas aos laboratórios de Moda do Senac AR/DF é composto, atualmente, pelos seguintes equipamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 49 máquinas reta industrial; • 15 máquinas overlock/interlock; • 83 máquinas domésticas; • 6 máquinas galoneira; • 1 máquina reta zigue-zague semiindustrial. <p>Totalizando 154 (cento e cinquenta e quatro) máquinas de costura.</p>	<p>A serem realizadas 4x ao ano.</p> <p>Total estimado de manutenções programadas por ano: 616 (seiscentos e dezesseis).</p>	R\$ 23.738,33	R\$ 94.953,33
---	---	---	--	---------------	---------------

2.3. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

2.3.1 A partir da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá iniciar a execução do cronograma de manutenção proposto pelo Gestor e Fiscal do contrato designado.

2.3.2 Além das rotinas de manutenção previstas no cronograma, a CONTRATADA deverá atender, dentro do prazo de 7 (sete) dias úteis após o atendimento programado, quaisquer demandas de retorno da CONTRATANTE, sanando causas que impeçam o correto funcionamento dos equipamentos deste Termo de Referência, sem custo adicional relativo à mão de obra.

2.3.3 O cronograma de manutenção deverá ser executado mediante solicitação por parte da CONTRATANTE no período estabelecido, visando rotina contínua e equidade entre todas as Unidades contempladas.

2.3.4 Na confecção e execução do cronograma de manutenção previsto no item anterior, a CONTRATADA deverá observar a necessidade individual de cada maquinário, podendo contemplar manutenções preventivas e corretivas na mesma visita, desde que formalmente registradas.

2.3.5 A manutenção preventiva abrangerá apenas os custos de mão de obra e do óleo lubrificante previsto como insumo básico, não incluindo partes, peças, conjuntos mecânicos, eletrônicos ou componentes estruturais das máquinas.

2.3.6 Havendo necessidade de substituição, reposição ou desgaste de peças durante a manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE 03 (três) orçamentos comparativos, contendo especificação técnica, marca, compatibilidade e prazo de entrega. A aquisição somente poderá ocorrer após manifestação formal da CONTRATANTE, que decidirá:

- por autorizar a CONTRATADA a adquirir a peça;
- pelo fornecimento direto da peça pelo Senac AR/DF; ou
- por outra modalidade de aquisição prevista nas normas internas vigentes.

2.3.7 A CONTRATADA deverá priorizar a identificação e solicitação das peças durante a execução da manutenção preventiva, ou imediatamente após sua conclusão, a fim de reduzir paralisação dos equipamentos e garantir a continuidade pedagógica.

2.4 A empresa CONTRATADA deverá ter capacidade de entregar o serviço no prazo determinado no cronograma, incluindo devoluções de maquinários no período MÁXIMO de 15 (quinze) dias que porventura necessitem ir até a oficina.

2.5 A CONTRATADA deverá indicar ao Fiscal do contrato o nome do profissional responsável pela execução dos serviços para avisos prévios as Unidades.

2.6 A CONTRATADA deverá devolver os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, realizando o serviço com pessoal qualificado, mediante a emprego de técnicas e ferramental adequados.

2.7 As despesas referente a deslocamento entre as unidades será de responsabilidade da CONTRATADA.

2.8 Caso o responsável técnico, ou qualquer outro funcionário da CONTRATADA, apresente desempenho insatisfatório para a correta execução do contrato, a CONTRATADA será notificada pelo Fiscal do contato para substituição do técnico/funcionário, sem que isso implique em modificações dos prazos para execução do contrato.

2.9 As normas do Senac DF deverão ser respeitadas pela CONTRATADA e seus funcionários.

2.10 A CONTRATADA deverá apresentar um relatório de visita, elaborada pela CONTRATADA e chancelada pela CONTRATANTE, contendo

as informações relevantes sobre a intervenção do equipamento, contendo informações que englobem os tipo de manutenções realizadas dentre outras: data, horário de início e término, Unidade realizada, nome do funcionário, patrimônio do maquinário, defeito apresentado e providência adotada, com assinatura manual ou digital, encaminhada anteriormente ao envio da nota fiscal.

2.11 Manutenção programada das máquinas de costura (preventiva com ações corretivas associadas).

2.11.1 A manutenção programada tem por objetivo manter todos os equipamentos de costura em perfeitas condições de segurança e funcionamento, por meio de intervenções trimestrais que englobam, em uma mesma visita, as rotinas de manutenção preventiva e, quando necessário, os ajustes corretivos que se fizerem indispensáveis ao pleno funcionamento do maquinário.

2.11.2 Os serviços de manutenção programada serão realizados trimestralmente (a cada 90 dias) em todas as máquinas de costura vinculadas aos laboratórios de Moda do Senac AR/DF, resultando em 4 (quatro) manutenções por máquina/ano. Em cada visita, deverão ser executadas, no mínimo, as seguintes atividades de manutenção preventiva minuciosa:

- a) Desmontagem parcial das máquinas para limpeza técnica completa (partes internas e externas), com remoção de fiapos, poeira, resíduos de linha e demais sujidades que possam comprometer o funcionamento;
- b) Lubrificação integral em todos os pontos de atrito, conforme especificações dos fabricantes, utilizando lubrificantes adequados e em quantidade correta;
- c) Inspeção mecânica detalhada, incluindo verificação de eixos, mancais, correias, tensores, pedais, lançadeiras, sistemas de transporte do tecido, alinhamento e sincronismo entre agulha e transporte;
- d) Verificação elétrica/eletrônica, com teste de motores, pedais, cabos, conectores, fusíveis e aterramento, corrigindo irregularidades identificadas;
- e) Ajustes e calibração fina de tensão de linha, ponto, avanço, alinhamento de agulha e demais parâmetros necessários para a qualidade da costura;
- f) Testes funcionais completos, com costura de verificação em tecidos fornecidos pela Unidade, assegurando a qualidade do ponto e o pleno funcionamento do equipamento;
- g) Substituição preventiva de peças de desgaste, tais como correias, molas, parafusos, feltros, lâmpadas, fusíveis e outros componentes que apresentem desgaste natural e possam comprometer a segurança ou o desempenho do equipamento, **observado o procedimento de aquisição de peças previsto no item 2.3.6** deste Termo de Referência.
- h) Emissão de relatório técnico individual por patrimônio, contendo identificação da Unidade, número de patrimônio do equipamento, descrição detalhada dos serviços executados, peças a serem substituídas (se houver), data da intervenção, horário de início e término, nome e assinatura (manual ou digital) do técnico responsável.

2.11.3 Garantia dos serviços de manutenção programada:

- a) Cada intervenção de manutenção programada (trimestral) gerará uma garantia mínima de 90 (noventa) dias sobre os serviços realizados naquela máquina, contados a partir da data da respectiva intervenção, em consonância com o prazo de reclamação previsto para serviços relacionados a bens duráveis no Código de Defesa do Consumidor.
- b) Caso qualquer máquina apresente falha de funcionamento, vício aparente ou se torne inoperante dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data da manutenção programada, a CONTRATADA ficará obrigada a realizar, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, todos os reparos necessários para restabelecer o pleno funcionamento do equipamento, incluindo mão de obra, deslocamento e peças, quando aplicável.
- c) Nesses casos, o atendimento deverá observar o prazo máximo já estabelecido neste Termo de Referência para demandas imprevistas (subitem 2.13.2), mantendo-se o compromisso de não prejuízo às atividades pedagógicas.

2.11.4 Local e horário de execução: A manutenção programada deverá ser executada preferencialmente dentro do horário normal de expediente e nas dependências das Unidades do Senac AR/DF ou parceiros/clientes, de forma a não prejudicar as atividades de ensino, preferencialmente entre turnos de aula ou em dias não letivos. Caso, por necessidade técnica, seja indispensável a execução fora do horário comercial, isso não implicará qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

2.11.5 Recursos e insumos: A manutenção programada incluirá toda a mão de obra, ferramentas, **materiais de consumo de uso técnico (excetuadas as peças de reposição tratadas no item 2.3.6)** e deslocamentos indispensáveis à execução do serviço. À CONTRATANTE caberá apenas o fornecimento de retalhos de tecido para a realização dos testes de costura.

2.12 Manutenções corretivas não programadas: Sem prejuízo das rotinas de manutenção programada previstas no item anterior, a CONTRATADA deverá estar apta a atender manutenções corretivas não programadas, sempre que houver falhas, paradas ou defeitos em equipamentos que impeçam o uso regular pelas Unidades.

2.12.1 As manutenções corretivas poderão ser demandadas tanto para equipamentos já contemplados pela manutenção programada trimestral quanto para casos excepcionais (por exemplo, danos súbitos durante o uso), observando-se o prazo máximo estabelecido no subitem 2.13.2 para atendimento.

2.12.2 Todos os custos relativos às manutenções corretivas – incluindo diagnóstico técnico, mão de obra e deslocamento – já estão incluídos no preço global contratado. A substituição de peças, quando necessária, seguirá o procedimento previsto nos itens 2.3.6, mediante aprovação prévia da CONTRATANTE.

2.12.3 Quando a manutenção corretiva estiver relacionada a vício ou falha surgida dentro do prazo de 90 (noventa) dias da manutenção programada, prevalecerá a garantia dos serviços prevista no subitem 2.11.3, sendo integralmente de responsabilidade da CONTRATADA o restabelecimento do funcionamento do maquinário.

2.12.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar canais formais de contato (telefone e e-mail) para acionamento dos serviços, devendo todas as intervenções ser registradas em relatórios técnicos, conforme item 2.10 deste Termo de Referência, e devidamente encaminhadas à CONTRATANTE junto com a nota fiscal.

2.12.5 No caso de comprovada deficiência na execução das manutenções programadas ou corretivas, apurada mediante laudo técnico ou equivalente, os custos decorrentes de novas intervenções necessárias para sanear o vício serão integralmente imputados à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das demais sanções contratuais cabíveis.

2.13 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

2.13.1 A demanda do Senac DF tem por base as seguintes características: a CONTRATADA deverá realizar 01 (uma) visita a cada 03 (três) meses em cada Unidade do Senac e parceiro/cliente que possua turma em vigência, em horário comercial para manutenções preventivas e/ou corretivas nos dias programados e pactuados em cronograma.

2.13.2 A contratada, além da manutenção programada, deverá estar em condições de atender demandas imprevistas, a fim de não comprometer o funcionamento contínuo do serviço dos equipamentos, dentro do prazo de 7 (sete) dias úteis após o atendimento do cronograma.

2.13.3 O valor praticado pela CONTRATADA englobará tanto manutenção preventiva como corretiva, **limitada aos serviços de mão de obra**, independentemente da quantidade de intervenções necessárias. A substituição de peças, quando aplicável, seguirá **exclusivamente** o procedimento descrito no item 2.3.6.

2.13.4 O atendimento para realização da manutenção corretiva deverá ser efetuado dentro das dependências da unidade, e quando necessária a saída do patrimônio, deverá ser avisada e retirada da Unidade dentro de 24 (vinte e quatro) horas com autorização preenchida pelo Responsável Administrativo e ciência da Gerência da Unidade. A CONTRATADA executará **exclusivamente os serviços de mão de obra**, sem custo adicional à CONTRATANTE, cabendo a esta última o **fornecimento ou aquisição das peças necessárias**, conforme procedimento estabelecido no item 2.3.6 deste Termo de Referência. A devolução dos equipamentos deverá ocorrer no prazo MÁXIMO de 15 (quinze) dias.

2.13.5 A CONTRATADA deverá ter ciência que o número de maquinários pode vir a ser acrescido ao longo do contrato e a CONTRATANTE deverá ter o dever de avisar previamente a CONTRATADA.

2.13.6 O quantitativo de maquinário declarado neste item está sujeito a variação de até 20% (vinte por cento), em razão de baixa patrimonial ou

substituição de equipamentos. Havendo alteração que implique modificação do valor global contratado, esta deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo.

3. LOCAIS DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

3.1 As manutenções serão realizadas em todas as Unidades do Senac DF situadas em diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal, além dos parceiros/clientes que estão situados em diversas regiões e locais.

CARRETA ESCOLA DE MODA – UNIDADE MÓVEL		
UNIDADE MÓVEL ENDEREÇO: ITINERANTE, CONFORME CRONOGRAMA DE CURSOS. DIAS E HORÁRIOS: CONFORME PROGRAMAÇÃO, PREFERENCIALMENTE EM HORÁRIO COMERCIAL.		
CEP TALAL ABU-ALLAN - CEILÂNDIA		
CNPJ		03.296.968/0005-29
INSC. ESTADUAL		07.401.119/003-99
ENDEREÇO		QNN 1 CONJUNTO D LOTES 4/6 AVENIDA HÉLIO PRATES - CEILÂNDIA CENTRO
ENTREGA	DIAS E HORÁRIOS DE	SEGUNDA A SEXTA – HORÁRIO COMERCIAL
CEP JOAQUIM LOIOLA GAMA		
CNPJ		03.296.968/0004-48
INSC. ESTADUAL		07.401.119/002-08
ENDEREÇO		QD 05 CONJUNTO F LOTE 07 SETOR SUL GAMA, DF
ENTREGA	DIAS E HORÁRIOS DE	SEGUNDA A SEXTA – HORÁRIO COMERCIAL
CEP SOBRADINHO		
CNPJ		03.296.968/0011-77
INSC. ESTADUAL		07.401.119/011-07
ENDEREÇO		Q 04 CONJUNTO E AREA ESPECIAL 05 – SOBRADINHO DF
ENTREGA	DIAS E HORÁRIOS DE	SEGUNDA A SEXTA – HORÁRIO COMERCIAL
POLO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENAC BRAZLÂNDIA		
CNPJ		03.296.968/0022-20
INSC. ESTADUAL		07.401.119/022-51
ENDEREÇO		AVENIDA VEREDINHA, S/N – ÁREA ESPECIAL Nº 06 – AO LADO DA EMATER
ENTREGA	DIAS E HORÁRIOS DE	SEGUNDA A SEXTA – HORÁRIO COMERCIAL
POLO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENAC SÃO SEBASTIÃO		
CNPJ		03.296.968/0020-68
INSC. ESTADUAL		07.401.119/022-51
ENDEREÇO		QUADRA 101 ÁREA ESPECIAL S/N – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL
ENTREGA	DIAS E HORÁRIOS DE	SEGUNDA A SEXTA – HORÁRIO COMERCIAL
POLO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENAC PLANALTINA		
CNPJ		02.863.532/0001-88
INSC. ESTADUAL		07.401.119/022-51
ENDEREÇO		SETOR RECREATIVO CULTURAL LT S/N ÁREA A, SALÃO DE MULTIPLAS FUNÇÕES
ENTREGA	DIAS E HORÁRIOS DE	SEGUNDA A SEXTA – HORÁRIO COMERCIAL
CONTATOS		(61) 3773-9625
POLO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENAC RECANTO DAS EMAS		
CNPJ		03.296.968/0026-53
INSC. ESTADUAL		07.401.119/026-85
ENDEREÇO		QUADRA 102 ÁREA ESPECIAL S/N
ENTREGA	DIAS E HORÁRIOS DE	SEGUNDA A SEXTA – HORÁRIO COMERCIAL
POLO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENAC CANDANGOLÂNDIA		
CNPJ		
INSC. ESTADUAL		
ENDEREÇO		
ENTREGA	DIAS E HORÁRIOS DE	SEGUNDA A SEXTA – HORÁRIO COMERCIAL

3.2 Ressalta-se que, além das unidades supramencionadas, o objeto contratual abrangerá também os novos polos previstos para inauguração, como as unidades do Recanto das Emas, de Planaltina/DF e Candangolândia. Ademais, para assegurar a regularidade da execução, ficam automaticamente integradas ao objeto quaisquer outras unidades organizacionais do Senac AR/DF que venham a ser inauguradas ao longo da vigência contratual, ainda que seus endereços completos não estejam definidos neste momento, desde que restritas à limitação territorial do Distrito Federal.

3.3 Os atuais parceiros/clientes do Senac DF no primeiro semestre de 2026 são:

PENITENCIÁRIA DA PAPUDA - SEAPE	
ENDEREÇO	RODOVIADF645,KM04, FAZENDA PAPUDA
DIAS E HORÁRIOS DE ENTREGA	SEGUNDA A SEXTA – HORÁRIOCOMERCIAL
PENINTENCIÁRIA DA COLMÉIA - SEAPE	
ENDEREÇO	GRANJA LUIS FERNANDO, ÁREA ESPECIAL I, NÚCLEO RURAL ALAGADO - PONTE ALTA NORTE - GAMA -DF
DIASEHORÁRIOSDE ENTREGA	SEGUNDA A SEXTA – HORÁRIOCOMERCIAL
ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVA RECICLE A VIDA	
ENDEREÇO	SETOR M, QNM 28, CEILÂNDIA -DF

DIAS E HORÁRIOS DE ENTREGA	SEGUNDA A SEXTA – HORÁRIO COMERCIAL
----------------------------	-------------------------------------

4. PRAZOS DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato e será prestada continuamente, durante a vigência contratual e conforme cronograma, com intervenções trimestrais.

4.1.1. No prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, o gestor e fiscal farão reunião de nivelamento com os representantes da contratada para estabelecer a rotina e cronograma de serviço.

4.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

4.3 No prazo de até 03 (três) dias úteis do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

4.4 O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal do Contrato ou pela equipe de fiscalização, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

4.5 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

4.6 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

4.7 No prazo de até 03 (três) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Fiscal do Contrato ou Comissão de Recebimento deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços.

4.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

4.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades.

5. VISTORIA

5.1 Haverá a exigência de vistoria para o objeto.

5.2 A vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras. (TCU. Acórdão 1.174/2008- Plenário).

5.3. Para fins de agendamento da vistoria prévia e interlocução com a Contratada, ficam designadas as servidoras Bárbara Ferreira Silva Guimarães e Thalita Machado, responsáveis pela comunicação com as unidades do Senac AR/DF e pelo alinhamento das demandas referentes à vistoria. Os contatos oficiais para essa finalidade são: barbara.6017@df.senac.br e thalita.5836@df.senac.br

6. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

6.1. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade, a segurança e a adequação técnica de todos os serviços de manutenção executados no âmbito do contrato, responsabilizando-se pela correta execução das intervenções preventivas e corretivas realizadas nos equipamentos contemplados neste Termo de Referência.

6.2. Os serviços de manutenção programada e corretiva executados pela CONTRATADA terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento provisório ou da conclusão da intervenção técnica em cada equipamento, prevalecendo o marco que melhor resguarde o interesse da CONTRATANTE.

6.3. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, realizar nova intervenção técnica sempre que for constatado vício, defeito, falha de execução, regulação inadequada, inconsistência técnica ou qualquer problema relacionado diretamente aos serviços anteriormente prestados.

6.4. A assistência técnica decorrente da garantia compreenderá, no mínimo, o retorno ao local para inspeção, diagnóstico, regulação, reparo, complementação do serviço e demais providências necessárias ao restabelecimento do pleno funcionamento do equipamento, inclusive com cobertura de mão de obra e deslocamento.

6.5. Quando a falha verificada decorrer comprovadamente de serviço executado em desconformidade com as especificações técnicas, boas práticas de manutenção, recomendações do fabricante ou exigências deste Termo de Referência, caberá exclusivamente à CONTRATADA sanar a irregularidade, observados os prazos de atendimento estabelecidos neste instrumento.

6.6. Caso, durante o período de garantia, seja identificada a necessidade de substituição de peça diretamente relacionada a erro de execução, montagem inadequada, dano causado na intervenção técnica ou diagnóstico incorreto imputável à CONTRATADA, o respectivo fornecimento e a substituição correrão às suas expensas, sem prejuízo das demais responsabilidades contratuais.

6.7. Quando a substituição de peças decorrer de desgaste natural, quebra superveniente, mau uso, acidente, oscilação elétrica, intervenção de terceiros não autorizados ou qualquer causa não relacionada à execução dos serviços da CONTRATADA, a reposição observará o procedimento próprio previsto neste Termo de Referência, não se confundindo com a garantia dos serviços prestados.

6.8. A abertura de chamado para atendimento em garantia poderá ser realizada pela CONTRATANTE por e-mail, telefone ou outro canal formal indicado pela CONTRATADA, devendo esta acusar o recebimento da solicitação e adotar as providências necessárias dentro dos prazos contratuais de atendimento.

6.9. A prestação de assistência técnica em garantia não afasta a possibilidade de apuração de responsabilidade contratual, nem impede a aplicação das sanções cabíveis caso a falha decorra de inexecução, execução inadequada ou reincidência de defeitos decorrentes do serviço prestado.

6.10. O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios de qualidade ou por falhas técnicas constatadas durante o período de garantia, nos termos deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1 Os gestores e os fiscais promoverão todas as ações necessárias ao seu fiel cumprimento, anotando em registro o que for relevante sobre o objeto celebrado.

7.2 Qualquer exigência da gestão e/ou fiscalização contratual, inerente ao objeto do instrumento, deverão ser prontamente atendidas.

7.3 A gestão e fiscalização para acompanhamento da execução do Contrato será desempenhada a qualquer tempo, tendo o cumprimento de seu objeto atestado previamente pelo gestor ou fiscal diante de qualquer desembolso do Senac AR/DF.

7.4 A gestão e fiscalização será exercida no interesse das partes e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade das partes ou de seus agentes e prepostos.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 São obrigações da CONTRATADA, além das previstas nos demais anexos:

- a) Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, com as recomendações dos fabricantes e com os procedimentos descritos neste Termo de Referência;
- b) Realizar a manutenção programada trimestral (preventiva com ações corretivas associadas) em todas as máquinas contempladas, garantindo limpeza técnica, lubrificação, regulagens, substituição de peças de desgaste, testes funcionais e emissão de relatório técnico individualizado, **observado, quanto às peças de reposição, o procedimento previsto no item 2.3.6 deste Termo de Referência;**
- c) Atender às demandas corretivas decorrentes do uso regular dos equipamentos, dentro dos prazos estabelecidos, assegurando continuidade das atividades pedagógicas;
- d) Fornecer, sem ônus adicional, mão de obra e deslocamentos necessários à execução dos serviços previstos neste Termo de Referência;
- e) Garantir os serviços executados pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data de cada intervenção preventiva, devendo, nesse período, realizar retorno corretivo obrigatório, sem custo adicional, sempre que houver falha, reincidência de defeito, desempenho irregular, necessidade de ajuste, substituição de peças ou qualquer anormalidade decorrente da execução anterior. O atendimento deverá ocorrer nos mesmos prazos fixados para manutenções corretivas previstas neste TR;
- f) Garantir que o equipamento reparado ou ajustado dentro do prazo de garantia mantenha o pleno funcionamento, não se reiniciando novo prazo de garantia, exceto para peças substituídas, que terão nova garantia mínima de 90 (noventa) dias;
- g) Manter equipe técnica qualificada, previamente identificada junto ao Fiscal do contrato, promovendo substituições quando solicitado pela CONTRATANTE, sem prejuízo dos prazos e do cronograma pactuado;
- h) Registrar todas as intervenções em relatório padronizado contendo identificação da unidade, máquina, patrimônio, serviços executados, peças aplicadas, horários e assinatura manual ou digital do responsável técnico;
- i) Zelar pela integridade dos equipamentos retirados para manutenção externa, realizando transporte, guarda e devolução no prazo máximo previsto neste TR;
- j) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação apresentadas;
- k) Responder pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE decorrentes de execução inadequada dos serviços.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas nos demais anexos:

- a) Disponibilizar acesso às instalações, equipamentos e informações necessárias à execução dos serviços, observando as condições adequadas de ambiente e segurança;
- b) Informar à CONTRATADA quaisquer falhas identificadas nos equipamentos ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, de forma tempestiva e formal;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, por meio do Gestor e Fiscal designados, bem como registrar ocorrências relevantes necessárias ao controle técnico da execução contratual;
- d) Autorizar a retirada de equipamentos das Unidades quando necessário à execução dos serviços, mediante registro formal, garantindo rastreamento e controle patrimonial;
- e) Receber e analisar os relatórios técnicos emitidos pela CONTRATADA e solicitar esclarecimentos, ajustes ou complementações quando necessários para garantir a rastreabilidade dos serviços prestados;
- f) Comunicar previamente à CONTRATADA qualquer alteração relevante relacionada ao quantitativo de equipamentos, cronogramas pedagógicos, acessos ou condições operacionais que possam impactar a execução dos serviços;
- g) Proceder aos pagamentos devidos à CONTRATADA conforme previsto no instrumento contratual, condicionados ao recebimento definitivo dos serviços prestados e à ausência de pendências técnicas ou administrativas;
- h) Providenciar as tratativas internas necessárias para garantir que o atendimento técnico ocorra em períodos adequados, preferencialmente fora de horários de aula ou conforme o cronograma acordado com a CONTRATADA;
- i) Manter, durante toda a execução do contrato, a interlocução institucional com a CONTRATADA exclusivamente por meio dos responsáveis designados para gestão e fiscalização, evitando interferência direta de colaboradores não autorizados;
- j) Não direcionar ou intervir nos métodos executivos da CONTRATADA, salvo quando houver descumprimento das especificações técnicas, normas internas ou condições pactuadas neste Termo de Referência.

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 A contratada deverá atender os critérios de sustentabilidade e observar as regras ambientais para atividades potencialmente poluidoras previstas na legislação pertinente.

10.2 A contratada se compromete a destinar todos os resíduos de forma ambientalmente correta, sempre priorizando materiais que sejam menos agressivos ao meio ambiente e possibilitem reutilização futura, bem como deverá dar ênfase nos princípios da redução, reutilização e reciclagem, bem como buscar atender às seguintes diretrizes:

- 10.2.1 Estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e utilização;
- 10.2.2 Adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- 10.2.3 Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e
- 10.2.4 Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 10.2.5 Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 10.2.6 Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 10.2.7 Maior geração de emprego e renda, preferencialmente com mão de obra local;
- 10.2.8 Redução de desigualdades sociais, ações de equidade de gênero, raça e etnia, inclusão social e diversidade;
- 10.2.9 Boas práticas de governança, ambiental, social e trabalhista;
- 10.2.10 Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; e
- 10.2.11 Fomentar a busca pela origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias do recebimento definitivo do objeto e apresentação da documentação exigida, conforme especificações do objeto licitado e aceite do responsável pelo recebimento.

11.2 Fica expressamente estabelecido que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução

do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

12. SANÇÕES E ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

12.1 A CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas nesta cláusula sempre que descumprir as obrigações assumidas neste Termo de Referência, no contrato ou na legislação aplicável.

12.2 Constituem condutas passíveis de sanção, sem prejuízo de outras previstas:

- a) Descumprimento dos prazos definidos para manutenção programada ou corretiva;
- b) Ausência de devolução dos equipamentos retirados dentro do prazo estabelecido;
- c) Reincidência de falhas decorrentes de má execução técnica, uso inadequado de peças ou ausência de ajustes necessários;
- d) Emissão de relatórios incompletos, inconsistentes ou sem rastreabilidade;
- e) Execução dos serviços por profissional não qualificado ou não identificado perante a fiscalização;
- f) Falta de comunicação prévia em movimentações de equipamentos;
- g) Perda das condições de habilitação exigidas para execução contratual;
- h) Recusa injustificada na execução dos serviços contratados ou no atendimento de chamado durante o período de garantia da intervenção;
- i) Fraude, má-fé, omissão dolosa ou manipulação de informações técnicas ou operacionais;
- j) Qualquer conduta que comprometa o regular andamento dos serviços ou cause prejuízo às atividades pedagógicas da CONTRATANTE.

12.2.1 As hipóteses previstas nas alíneas c, h, i e j ensejarão impedimento do direito de licitar, com abrangência nacional, aplicado pelo Departamento Nacional do Senac, pelo prazo mínimo de 04 (quatro) e máximo de 06 (seis) anos.

12.3 As condutas previstas nesta cláusula poderão ensejar, conforme gravidade, reincidência e impacto nas operações da CONTRATANTE, a aplicação das seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I – Advertência;

II – Multa, nos termos definidos no ANS, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor mensal contratado;

III – Suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senac por até 05 (cinco) anos, nos casos de inexecução total, fraude, má-fé ou reincidência grave;

IV – Perda do direito à contratação e perda da caução em dinheiro ou execução das garantias apresentadas, nos termos do art. 39 do Regulamento de Licitações e Contratos do Senac (Resolução Senac nº 1.270/2024).

12.4 As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente às multas definidas neste instrumento.

12.5 O valor das multas poderá ser descontado de pagamentos devidos, retenções contratuais, garantia prestada ou cobrado judicialmente.

12.6 Caso o valor da multa não seja suficiente para reparar o prejuízo causado, poderá ser exigida cobrança complementar, conforme art. 419 do Código Civil.

12.7 O inadimplemento total ou parcial dará à CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, inclusive a suspensão do direito de licitar por até 03 (três) anos.

12.8 A penalidade de suspensão do direito de licitar ou contratar aplica-se a todas as administrações regionais e ao Departamento Nacional do Senac.

12.9 A aplicação de qualquer penalidade observará contraditório e ampla defesa.

12.10 A autoridade responsável considerará a gravidade da conduta, o impacto pedagógico, reincidência e proporcionalidade.

12.11 É vedada a participação de empresas suspensas ou declaradas inidôneas pelo Tribunal de Contas da União ou pelo Senac.

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Administração Regional do DF, Senac AR/DF, CNPJ nº 03.296.968/0001-03, com sede no Centro Administrativo José Roberto Tadros, ST SGAN, QD 712/912, Conjunto E, S/N, Asa Norte, Brasília/DF - CEP 70.790-125, telefone (61) 3771-9878, representado pelo Diretor Regional, Senhor **VITOR DE ABREU CORRÊA** e pelo Diretor Administrativo e Financeiro, Senhor **LÁZARO GILVANO DE DEUS SILVA**, ambos residentes e domiciliados em Brasília/DF.

CONTRATADA: XXXXXXXX, registrada sob o CNPJ XXXXXX, situada em XXXXXX, Telefone: (xx) XXXX, e-mail: XXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) seu representante legal, senhor(a) XXXXXXXX, residente e domiciliado(a) em xxxxxx.

Valor total: R\$ xx

As partes acima decidem firmar entre si o presente contrato, conforme objeto descrito no instrumento convocatório do **Pregão Eletrônico nº 90015/2026**, segundo seguintes termos e condições:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste contrato constitui na Contratação de serviços de manutenção de máquinas de costura, para atender as necessidades do Senac AR/DF.

2. DA VINCULAÇÃO

2.1. Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital, seus Anexos e a proposta da CONTRATADA.

2.2. **Havendo contradição entre os referidos documentos prevalecerá o Contrato, o Edital, o Termo de Referência e a Proposta Comercial, nessa ordem.**

2.3. **A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento, no todo ou em parte, das regras estabelecidas no referido Instrumento Convocatório.**

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. **Declarações e garantias das Partes.** Cada uma das Partes, neste ato, individualmente declara e garante que:

3.1.1. O presente documento constitui obrigação legal, válida e vinculativa para si, sendo-lhe oponível de acordo com os seus termos;

3.1.2. Detém, em caráter absoluto e irrestrito, direito, poder, competência e capacidade para assinar e formalizar este documento e cumprir suas obrigações nos termos aqui previstos;

3.1.3. A assinatura deste documento, por si, bem como a consumação das operações aqui previstas, não depende de qualquer consentimento de terceiros que não tenha sido obtido até o dia imediatamente anterior à data de assinatura deste documento.

3.2. **Cooperação.** As Partes deverão cooperar uns com os outros disponibilizando qualquer informação adicional relacionada ao objeto deste documento, conforme possa ser exigido, em bases razoáveis, pela outra parte, para a perfeita conclusão da transação contemplada neste documento. A partir da data de assinatura deste documento, as Partes deverão cooperar e enviar seus melhores esforços para obter todos os consentimentos, aprovações e acordos e fornecer e providenciar todas notificações e arquivamentos perante qualquer Autoridade Governamental ou não que sejam necessários com relação às transações contempladas neste Contrato.

3.3. **Acordo Integral.** Este documento e seus Anexos contêm o acordo e entendimento integral a respeito do objeto deste instrumento entre as Partes contratantes e substituem especificamente qualquer entendimento prévio das Partes sobre o objeto deste instrumento.

3.4. **Renúncia, Alteração.** Nenhuma renúncia, extinção ou quitação deste documento, ou de qualquer dos termos ou disposições deste, obrigará qualquer das “Partes” contratantes, a menos que seja confirmada por escrito. Nenhuma renúncia por qualquer das “Partes” contratantes a qualquer termo ou disposição deste documento ou a qualquer inadimplemento sob este instrumento afetará os direitos de tal “Partes”, a partir de então, de executar tal termo ou disposição ou de exercer qualquer direito ou remédio jurídico na eventualidade de qualquer outro inadimplemento, quer similar ou não. Este documento não poderá ser modificado ou alterado exceto se por escrito e assinado por todas as “Partes” contratantes.

3.5. **Independência das Cláusulas.** Se qualquer disposição deste documento for considerada nula, anulável, inválida ou inoperante, nenhuma outra disposição deste documento será afetada como consequência disso e, portanto, as disposições restantes deste documento permanecerão em pleno vigor e efeito como se tal disposição nula, anulável, inválida ou inoperante não estivesse contida neste instrumento.

3.6. **Nenhuma Outra Declaração ou Garantia.** Exceto as declarações e garantias previstas nesta Cláusula, nenhuma das partes presta qualquer outra declaração ou garantia, expressa ou implícita, à outra parte, em referência a qualquer outra questão.

3.7. **Cessão.** Nenhuma das “Partes” contratantes poderá ceder este documento, no todo ou em parte, sem o consentimento escrito prévio da outra “Parte”.

3.8. **Anticorrupção.** As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

3.8.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente; e

3.8.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

3.9. **Antissuborno.** As Partes concordam em conduzir seus negócios em conformidade com as melhores práticas de antissuborno e anticorrupção, comprometendo-se a não realizar, permitir ou tolerar qualquer forma de suborno, extorsão ou vantagem indevida. As Partes devem implementar políticas e procedimentos adequados para prevenir, detectar e remediar atos de suborno em todas as suas atividades comerciais. Qualquer suspeita ou evidência de suborno deve ser imediatamente comunicada à outra Parte, e a violação desta cláusula será considerada uma falta grave, podendo resultar na extinção imediata deste contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis.

3.10. **Ouvidoria.** Eventuais irregularidades relacionadas a este instrumento deverão ser comunicadas à Ouvidoria do Senac AR/DF, por meio do Canal de Denúncias, acessível pelo endereço eletrônico <https://www.df.senac.br/canal-de-denuncia/> ou pelo telefone (61) 3771-9879, nos termos da Resolução Senac AR/DF nº 1.556/2024.

4. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. São as previstas no Termo de Referência anexo ao Edital.

5. **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5.1. São as previstas no Termo de Referência anexo ao Edital.

6. **DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

6.1. Conforme previsto no Termo de Referência, anexo ao Edital.

7. **DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1. O presente Contrato tem por valor total de R\$ (.....), conforme quadro:

Item	Objeto	Marca / Modelo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1					
2					
3					
TOTAL					

7.1.1. A contratada apresentará Nota Fiscal/fatura, com dedução dos tributos, se for o caso, de acordo com a prestação dos serviços ou entrega dos materiais para liquidação e pagamento da despesa pelo Senac AR/DF, por intermédio de boleto ou ordem bancária na conta corrente da CONTRATADA ou mediante apresentação de fatura (nota fiscal com código de barras), no prazo de até **30 (trinta) dias contados** da apresentação dos documentos, devidamente atestados.

7.1.2. Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar a liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência. Sendo esse atraso decorrente do inadimplemento de obrigações acarretará perda do direito ao pleito de reajustamento de preços.

7.1.3. Somente será efetuado o pagamento do objeto solicitado no Pedido de Compra, de acordo com as necessidades do Senac AR/DF.

7.1.4. Fica expressamente estabelecido que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8. DO REAJUSTE

8.1. Os valores contratados poderão ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou, em caso de sua extinção, por índice que o substitua, após o interregno mínimo de um ano da data-limite para apresentação das propostas.

8.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2. Os valores dos itens novos (não constantes da proposta original), eventualmente incluídos em Contrato através de termo aditivo, somente serão reajustados após um ano da data da proposta do termo aditivo, observando-se o índice de reajuste estabelecido no Contrato.

8.3. Para obtenção dos itens previstos nesta Cláusula, a CONTRATADA deverá formalizar, durante a vigência contratual, a solicitação junto ao Fiscal do Contrato, devendo a referida manifestação ser anexada aos autos do processo licitatório.

8.4. As partes, desde que motivadamente e com os documentos que comprovem a procedência do pedido, poderão solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

9. DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência do presente instrumento será de 1 (um) ano, contados a partir da data da última assinatura eletrônica/digital, podendo ser prorrogada mediante termo de apostilamento, por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 10 (dez) anos, conforme o art. 33, da Resolução Senac n.º 1270/2024, desde que:

9.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

9.1.2. Haja interesse na prorrogação pelo Senac AR/DF;

9.1.3. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

9.1.4. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

9.2. O prazo de vigência do contrato não se confunde com o prazo para fornecimento ou execução dos serviços ou entrega do objeto.

9.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado se o objeto não for concluído no prazo de execução e a prorrogação não implicar em ônus adicional para a contratante, devendo a prorrogação, no caso de haver ônus, ser justificada e constar de termo aditivo.

10. DAS SANÇÕES

10.1. São as previstas no Termo de Referência anexo ao edital.

11. DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser extinto nos seguintes casos:

11.1.1. Por acordo entre as partes;

11.1.2. Pela contratante, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes;

11.1.3. Por descumprimento de quaisquer das suas cláusulas, independentemente de ações legais;

11.1.4. Em caso de falência, dissolução ou liquidação societária, bem como nos casos de insolvência;

11.1.5. Interrupção dos serviços, pela CONTRATADA, sem motivo justificado;

11.1.6. Superveniente incapacidade técnica da CONTRATADA, devidamente comprovada;

11.1.7. Transferência do Contrato a terceiros no todo, ou em parte;

11.1.8. Negar-se a refazer qualquer serviço realizado em desacordo com o contrato, no prazo que, para tanto, determinar o CONTRATANTE.

11.2. As partes acordam desde já que, em qualquer caso de extinção, a contratada terá direito exclusivamente ao pagamento da execução do objeto deste contrato até o momento da extinção, sem cobrança posterior de ressarcimento, compensação ulterior, indenizações de qualquer tipo ou reembolso das despesas havidas.

11.3. A contratada assume exclusiva responsabilidade por todos os prejuízos que a extinção, por sua culpa, acarretar ao contratante.

11.4. Em caso de rescisão unilateral pela CONTRATANTE, sem descumprimento contratual pela CONTRATADA, esta fará jus ao recebimento proporcional ao trabalho já realizado até a data da rescisão, mediante análise técnica e aprovação da CONTRATANTE.

12. DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. Eventuais alterações reger-se-ão pela Resolução Senac n.º 1.270/2024.

12.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 50% do valor global inicial e atualizado do contrato, mediante justificativa e termo aditivo.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as normas de direito civil vigentes e pelos princípios gerais do direito privado.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Os gestores e os fiscais do Contrato promoverão todas as ações necessárias ao seu fiel cumprimento, anotando em registro o que for relevante sobre o objeto celebrado.

14.2. As exigências formuladas pela gestão e/ou fiscalização contratual, diretamente relacionadas ao objeto deste instrumento, deverão ser atendidas de forma imediata e integral.

14.3. A gestão e fiscalização para acompanhamento da execução será desempenhada a qualquer tempo, tendo o cumprimento de seu objeto atestado previamente pelo gestor ou fiscal diante de qualquer desembolso do Senac AR/DF.

14.4. A gestão e fiscalização será exercida no interesse das partes e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade das partes ou de seus agentes e prepostos.

14.5. Os gestores e fiscais poderão ser substituídos durante a vigência, com registro no processo de contratação.

15. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

15.1. A CONTRATADA deverá, por si e seus empregados, fornecedores, recrutados, representantes, profissionais, prepostos e/ou terceiros contratados, manter absoluto sigilo e confidencialidade quanto a todas as informações obtidas no desempenho de suas atividades ou em decorrência do seu

relacionamento com a CONTRATANTE, não podendo divulgá-las, de forma direta ou indireta, a terceiro, a nenhum título, mesmo após o término ou extinção do contrato.

15.2. Compreende-se por informações sigilosas e confidenciais, aquelas que não podem ser reproduzidas, armazenadas ou divulgadas pela CONTRATADA sob nenhuma forma ou pretexto, qualquer informação classificada como de natureza confidencial que seja ou venha a ser obtida, revelada ou relacionada com as PARTES ou com o objeto do contrato, assim como as informações e dados por elas desenvolvidos, individualmente ou em conjunto, sejam de natureza técnica, comercial, jurídica ou financeira, ou ainda de qualquer outra natureza.

15.3. Também são consideradas informações sigilosas e confidenciais para os fins deste contrato todas e quaisquer informações, sem exceção, que a CONTRATADA obtiver ou a que tiver acesso em relação aos clientes da CONTRATANTE, sejam elas atuais, potenciais ou em prospecção.

15.4. Neste sentido, a CONTRATADA concorda em manter sigilo sobre todas as informações de que venha a tomar conhecimento ou que, de outra forma, possa vir a utilizar durante toda a vigência desta relação comercial, ou que possam constar dos diversos tipos de materiais ou de documentos que tenham sido obtidos antes, durante ou mesmo depois de prestados os serviços, por um período de 03 (três) anos.

15.5. A CONTRATADA obriga-se a restituir todos os materiais que estiverem em seu poder, sem nenhuma exceção, incluindo resumos, cópias de documentos, arquivos eletrônicos ou qualquer outro que lhe tenha sido entregue e contenha ou não outra forma que possa conter informações consideradas sigilosas e confidenciais, mediante solicitação da CONTRATANTE, ou no término deste contrato.

15.6. Qualquer violação da presente cláusula sujeitará a CONTRATADA às cominações cíveis e penais aplicáveis ao caso, inclusive às constantes dos artigos 153 e 154 do Código Penal e artigo 195 da Lei 9.279/96, bem como a imediata extinção deste Contrato.

16. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. O presente contrato obedecerá a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei 13.709/2018), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento de personalidade de pessoa natural.

16.2. A CONTRATADA se compromete a manter e observar nos trabalhos que desenvolver recrutamento e seleção, trabalho temporário e terceirização de serviços então contratadas, devendo agir segundo os procedimentos previamente acordados entre as PARTES, com autonomia profissional, por sua conta e risco, e de forma compatível com os objetivos da seleção a desenvolver.

16.3. Nos casos em que a disponibilização de informações adicionais acarrete a identificação pessoal do respondente de forma direta ou indireta, através da utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio do qual o dado adquira a possibilidade de associação a um indivíduo de forma direta ou indireta, a CONTRATANTE será responsável pelo tratamento adequado do dado, nos termos da LGPD, pelo qual se compromete a cumprir todas as obrigações concernentes ao Controlador de dados e a garantir os direitos dos titulares previstos nas Leis 13.709/2018 (“LGPD”), Lei nº 12.965/2014 (“Marco Civil da Internet”) e 12.737/2012 (“Lei Carolina Dieckmann”), atendendo simultaneamente as diretrizes estabelecidas no Código de Conduta da ABEP/ICC/ESOMAR.

16.4. As partes comprometem-se a coletar, processar e realizar o devido tratamento de todas as informações pessoais mediante o fornecimento de consentimento pelo titular e de acordo com as orientações elencadas no contrato.

16.5. Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiros solicitarem informações para a CONTRATADA relativas ao tratamento de Dados Pessoais, a CONTRATADA na qualidade de Operador encaminhará esse pedido à apreciação da CONTRATANTE na qualidade de Controladora para que cumpra com as suas obrigações em tempo hábil definido na legislação pertinente.

16.6. A contratada compromete-se a comunicar ao Senac AR/DF a ocorrência de qualquer violação de segurança que tenha consequências diretas ou indiretas no tratamento, bem como qualquer reclamação que possa ser endereçada a ele por qualquer indivíduo interessado no tratamento realizado sob o Contrato. Essa comunicação deve ser feita o mais rápido possível e, no máximo, 48 horas após a descoberta da violação de segurança ou após o recebimento de uma reclamação.

16.7. Caso ocorra uma violação de Dados Pessoais em decorrência de ação ou omissão da CONTRATADA, na qualidade de Operadora, esta será integralmente responsável pelas sanções administrativas, civis e criminais aplicáveis, bem como por quaisquer multas impostas por autoridades de proteção de dados, indenizações e demais encargos decorrentes da violação, sem prejuízo das responsabilidades legais atribuídas à CONTRATANTE, na qualidade de Controladora, pela legislação vigente.

16.7.1. A PARTE responsável pela violação responderá às suas afiliadas, e seus respectivos diretores, conselheiros, empregados, prepostos, clientes e representantes contra qualquer responsabilidade, dano, prejuízo, custo e despesas, incluindo, mas não se limitando os devidos honorários advocatícios, as multas, penalidades ou custos investigativos relativos a demandas contra a PARTE inocente que surgirem em razão do não cumprimento por parte da PARTE culpada, conforme a legislação em vigor.

16.8. A contratada se compromete a cooperar com o Senac AR/DF encaminhando relatório técnico no qual deverá conter o procedimento adotado por aquela para se adequar à Lei Geral de Proteção de Dados.

16.9. A contratada deverá informar como é feita a coleta dos dados, o tratamento adotado e seu o armazenamento, além de apresentar a sua política de privacidade, conforme rol taxativo do Capítulo II, artigo 7º, da referida Lei.

16.10. Para fins interpretativos desta cláusula, "Controlador", "Operador", "Titular dos dados", "Dados Pessoais", "Tratamento" terão os significados definidos na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

16.11. A Parte violadora indenizará e isentará a outra Parte de qualquer reclamação, perdas, danos direto ou indireto, taxas, custos e despesas decorrentes ou relacionados a qualquer violação desta cláusula.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento, as partes elegem o foro da cidade de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. As Partes declaram e concordam que o presente instrumento, incluindo todas as páginas de assinatura e eventuais anexos, todas formadas por meio digital com o qual expressamente declaram concordar, representam a integralidade dos termos entre elas acordados, substituindo quaisquer outros acordos anteriores formalizados por qualquer outro meio, verbal ou escrito, físico ou digital, nos termos dos artigos 107, 219 e 220 do Código Civil.

17.3. Adicionalmente, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória 2.200-2, as Partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil, incluindo assinaturas eletrônicas na plataforma adotada pela CONTRATANTE.

17.4. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das partes ao presente instrumento.

17.5. Este Contrato rege-se pelas disposições contidas na Resolução Senac nº 1.270/2024, que institui o Regulamento de Licitações e Contratos do Senac, aplicando-se subsidiariamente as normas de direito privado e os princípios gerais do direito.

CONTRATANTE:

LÁZARO GILVANO DE DEUS SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro

VITOR DE ABREU CORRÊA

CONTRATADA:

REPRESENTANTE LEGAL
Cargo



Documento assinado eletronicamente por **Cibele Araújo Menendez, Administrativo**, em 19/06/2026, às 09:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisenac.df.senac.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0542909** e o código CRC **FECC30FD**.

2025.000001038-66

0542909v8

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Departamento Regional do Distrito Federal
ST SGAN QD 712/912 Conjunto E S/N
Centro Administrativo José Roberto Tadros, Brasília-DF * CEP 70790-125
www.df.senac.br